

1. Introdução

Os movimentos sociais constituem um tema relativamente recente na disciplina de Relações Internacionais. Restritos a uma literatura específica, que compreendia as Ciências Sociais – Sociologia, Ciência Política e Antropologia – a partir dos anos 90 a análise sobre os movimentos sociais expandiu-se para outras áreas, revelando-se como o ponto de inflexão de um debate interdisciplinar. Para que esta mudança sucedesse, muito contribuíram a reestruturação do sistema internacional e a reconfiguração das relações sociais no plano global, impulsionando uma corrente de crítica entre os teóricos de um modo geral. Em Relações Internacionais, a reação partiu de construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, que procuravam renovar as perspectivas da disciplina para além das limitações impostas pelos paradigmas dominantes: realismo e neo-institucionalismo. Desloca-se, pois, o foco de análise, enfatizando-se o papel de atores não-estatais, relegados às margens pelo *mainstream*, entre estes os movimentos sociais e suas formas de organização, a saber, organizações não-governamentais (ongs), redes, coalizões. Assim, o fim da Guerra Fria e o advento da globalização irão preconizar um questionamento das bases do pensamento ocidental, calcado no Iluminismo.

Contudo, se em Relações Internacionais estas transformações se fizeram sentir apenas na década de 90¹, nas Ciências Sociais os estudos acerca do ator coletivo já sinalizavam uma mudança, distanciando-se de uma perspectiva marxista. A complexidade observada na trajetória dos movimentos sociais carecia de formulações teóricas de maior potencial explanatório, que rompessem a visão clássica de luta de classes e o localismo. Neste sentido, alguns modelos revelaram-se de fundamental importância e representaram um marco para

¹ Entre as primeiras publicações sobre o tema, sobressaem os trabalhos de Colás (1994), Cohen & Arato (1992), Lynch (1994, 1998), Thiele (1993), Shaw (1994) e Walker (1994).

trabalhos futuros: a mobilização de recursos e a estrutura de oportunidades, ou oportunidades políticas, modelos criados nas décadas de 60 e 70; e os “novos movimentos sociais”, termo cunhado pela Sociologia alemã nos anos 80, ou movimentos característicos de sociedades pós-industriais.

Estas “movimentações” delineadas acima, em ambos os campos teóricos, apontavam para duas questões: enquanto no primeiro caso os especialistas tornavam-se cada vez mais cômicos das influências do plano doméstico no externo, no segundo quedava patente que os movimentos sociais, tradicionalmente interpretados como locais ou nacionais, sofriam a influência da esfera internacional, transnacional e global. Este traço do ator coletivo revelou-se de forma mais incisiva nos últimos anos, estimulando as discussões em torno dos movimentos transnacionais, também interpretados como globais. Tratam-se de denominações distintas para caracterizar um mesmo fenômeno, se partirmos do pressuposto de que ambos os termos direcionam-se aos atores coletivos que rompem seu localismo e transpõem-se para outras esferas. Entretanto, se de um lado enfatiza-se a transnacionalização e, conseqüentemente, as grafias territoriais, de outro prioriza-se o processo de globalização e uma análise multidimensional.

Neste sentido, o movimento dos seringueiros constitui um caso típico deste processo de transposição de um movimento social. Inicialmente analisado como um ator coletivo local, o movimento logrou superar as fronteiras territoriais, alcançando visibilidade e voz no âmbito externo a partir do contato com os ativistas transnacionais, em meados dos anos 80. Apontamos como o marco inicial para este processo a ano de 1985, quando o movimento incorpora uma questão global em seu discurso – a proteção da Amazônia, uma floresta tropical – em virtude das mediações estabelecidas com os ambientalistas, muitos destes integrantes de entidades e ongs internacionais. A proteção das florestas tropicais revelava-se desde os anos 70 uma questão presente nos debates e conferências internacionais sobre o meio-ambiente, entre estas a Conferência de Estocolmo, em 1972. As crescentes queimadas na Amazônia associadas à descoberta pelos cientistas de um buraco na camada de ozônio irão acentuar as preocupações dos ambientalistas em torno do tema. Neste cenário, a preservação da floresta

Amazônica assumia contornos simbólicos e globais: tratava-se de proteger o “pulmão do mundo”, pois as queimadas no local poderiam colocar em risco “a vida de todos no planeta” (Grzybowski, 1989).

Em 85 é realizado o I Encontro Nacional de Seringueiros, em Brasília. O encontro contou com a participação de atores diversos (além de ativistas, políticos, intelectuais, sindicalistas) e apresentou entre suas resoluções pela primeira vez a proposta das reservas extrativistas (Resex). As Resex congregavam simultaneamente a luta por justiça social e a bandeira ambiental de conservação dos recursos naturais sem, contudo distanciar-se da demanda do movimento: a permanência dos seringueiros na floresta, mantendo-se suas colocações. Destarte, este ator coletivo contemplava a relação entre o particular e o universal, ao apresentar uma solução no plano local para um problema percebido como global através da elaboração de projetos, que objetivavam a manutenção de seu modo de vida atrelada à conservação do meio ambiente. Os seringueiros reenquadraram a sua mensagem inicial, incorporando o teor ambiental, o que nos conduz a considerar neste trabalho o processo de globalização, como formulado por Robertson (1995) e Scholte (2002), paralelamente à transnacionalização.

A partir de sua “ambientalização”, intensificada após a morte de Chico Mendes e durante os demais encontros nacionais, o movimento obteve êxito, entre outros fatores, em ampliar sua base de apoio, alcançando aliados no plano nacional e, principalmente no transnacional, formando redes. A atuação de alguns atores, como Chico Mendes e Mary Allegretti, foi fundamental nesta “movimentação”. Na condição de mediadores – termo adotado por McAdam, Tarrow e Tilly (2001) para referir-se ao mecanismo de mediação durante o processo de mudança de escala² – tais atores foram capazes de conectar lados previamente isolados, estabelecendo uma ponte entre grupos de bagagens e realidades distintas, culminando na formação de uma aliança entre seringueiros e ativistas ambientais.

² Por mudança de escala entende-se o processo de transnacionalização composto pelos mecanismos de difusão e mediação (Tarrow & McAdam, 2005). A mediação consiste numa variante da difusão na medida em que a disseminação de informações sobre o ator coletivo ocorre através do mediador, entre

Desta forma, estes sujeitos atuaram junto aos organismos internacionais exercendo uma pressão direcionada ao governo brasileiro, o que caracteriza o padrão bumerangue, formulado por Keck & Sikkink (1998). Segundo este modelo, uma estrutura interna percebida como fechada pelo grupo, em contraposição a uma estrutura externa aberta, proporciona a busca de aliados internacionalmente, objetivando uma maior pressão no nível nacional. Ainda, a mudança de escala e o padrão bumerangue, singularizados por um construtivismo estratégico, uma análise que compreende as dimensões intersubjetiva e racional, complementam-se, configurando a externalização de um movimento social.

O quadro delineado acima nos sugere, para uma análise sobre o processo de transnacionalização do movimento dos seringueiros, que a defesa de uma causa ambiental global – a proteção da floresta tropical (Amazônia) – teria possibilitado a criação de relações que perpassam a fronteira estatal, constituindo a transnacionalização do movimento. Ademais, inferimos que tal processo encerra uma mudança cognitiva entre os atores envolvidos, sobretudo os seringueiros, que se destacam como nosso objeto de estudo; e que o local, o global e o transnacional atuam como dimensões constitutivas durante a transnacionalização.

Embora o termo transnacional implique uma ênfase no caráter territorial das relações sociais, presente no caso em questão, procuramos salientar a dimensão intersubjetiva deste processo, atentando para a construção de uma identidade entre o movimento e seus aliados, pautada pelo mínimo em comum entre estes atores – a questão ambiental. Ao prezarmos pela formação de uma identidade ambientalista entre os seringueiros, o que não exclui o reconhecimento da transposição das fronteiras, procuramos superar os entraves impostos pelos modelos de Keck e Sikkink e de McAdam, Tarrow e Tilly, que condicionam a transnacionalização de um movimento à ação de seus membros em mais de um estado. Assim, propomos a abordagem destes modelos teóricos em associação à formação de uma identidade compartilhada, enfatizada por teóricos como Diani, Della Porta e Eschle e Stammers. Ainda, consideramos os trabalhos de Robertson

espaços sociais distantes, não-conectados previamente. A figura do mediador pode ser preenchida por um sujeito, uma organização.

e Scholte sobre o processo de globalização, conforme destacamos anteriormente, o que implica reconhecermos a coexistência de duas características em um mesmo caso: territorialidade e desterritorialidade.

Neste estudo de caso, adotamos uma estratégia de análise qualitativa. As informações sobre o movimento, especificamente, foram obtidas por meio de publicações acadêmicas, entrevistas e declarações, algumas disponíveis na Internet, outras fruto do trabalho de campo realizado no Acre. Também fazem parte deste material alguns documentos obtidos em entidades, entre estas o Conselho Nacional de Seringueiros, e em *sites* na Internet, como as resoluções do I, II e III Encontro Nacional de Seringueiros e o Relatório Brundtland. Utilizamos primordialmente a literatura voltada para o estudo de movimentos sociais, que alude a um debate interdisciplinar. Os trabalhos publicados neste campo de pesquisa lançam luz sobre pontos que até então haviam sido descuidados pelos teóricos, como a interpenetração das esferas doméstica e externa, principalmente no campo de Relações Internacionais, onde o interesse pelo tema é relativamente recente.

O trabalho foi organizado em três seções, contemplando a trajetória do movimento entre os anos de 1976 e 1995, que marcam desde o seu surgimento até a sua transnacionalização e a perda significativa do apoio de ongs e entidades internacionais. Na primeira parte, discutimos o quadro teórico, evidenciando as limitações e avanços de cada modelo empregado para analisar a transnacionalização do movimento dos seringueiros. Nesta discussão, fazemos referência aos acontecimentos do plano empírico. Nos dois capítulos seguintes, procuramos realizar a trajetória inversa: partimos do empírico, traçando um paralelo com as teorias. No capítulo 3, buscamos apresentar a ascensão do movimento, o desenvolvimento do ator coletivo desde 1976 até a primeira metade dos anos 80, contextualizando os cenários doméstico e internacional. No Capítulo 4, concentramos-nos na transposição do movimento, investigando o período que envolve os anos de 1985 a 1995, embora façamos uma breve alusão aos anos imediatamente anteriores. Esta seção assume contornos mais analíticos se comparada à anterior. Na parte final apresentamos as nossas conclusões.